

A França decidiu o que não quer, não o que quer

A analista Camille Lons diz que campanha para as legislativas antecipadas foi mais um passo para a normalização do partido de Marine le Pen.

Maria João Guimarães

8 de Julho de 2024, 14:18



Manifestações contra a União Nacional em França: o partido ficou em terceiro lugar na segunda volta das eleições legislativas BENOIT TESSIER / REUTERS

A vitória da esquerda nas eleições legislativas francesas foi uma grande surpresa, assim como o terceiro lugar do partido União Nacional, que durante três semanas vinha a aparecer como o mais provável vencedor. No entanto, o suspirar de alívio do chamado “campo republicano” no domingo à noite deu lugar a análises mais frias na manhã de segunda-feira: incluindo o facto de estar longe de ser claro que tipo de coligação poderá ser negociado num país que não tem esta cultura política.

“Sabemos contra o que os franceses votaram (<https://www.publico.pt/2024/07/07/mundo/noticia/frente-republicana-francesa-viva-urnas-derrotar-extremadireita-2096720>), mas é muito menos claro a favor do que votaram”, resumiu Camille Lons, a número dois do escritório de Paris do European Council on Foreign Relations, numa sessão promovida pelo *think tank* sobre as eleições nesta segunda-feira de manhã, após a segunda volta das eleições antecipadas depois da decisão de dissolver a Assembleia Nacional tomada pelo Presidente, Emmanuel Macron.

O professor de Política da Universidade de Oxford Giovanni Capoccia disse, numa conversa telefónica com o PÚBLICO, que situação que França estava depois das europeias, com a União Nacional a insistir que era o partido que representava o povo, e a querer aproveitar a tendência para as presidenciais de 2027, em que Marine Le Pen se apresentará pela quarta vez como candidata, era insustentável, considera Capoccia.

Nesta campanha, foram expostos uma série de candidatos da União Nacional que eram “extremistas ou simplesmente não eram competentes”, como “mostrou o jornalismo de investigação”, ficou mais evidente “o que representa o partido”, que não corresponde à imagem “desdiabolizada” que Marine Le Pen tem tentado polir.

Célia Belin, chefe do escritório de Paris do ECFR, também atribuiu a surpresa do resultado da União Nacional em parte à exposição do radicalismo do partido, falando de “uma campanha, muito espontânea, também nas redes sociais, de exposição” de afirmações problemáticas dos seus candidatos. “Diria que muitas pessoas não estavam a prestar realmente atenção ao que propunha a União Nacional, de ter no seu núcleo uma preferência nacional, de apoiar discriminação de pessoas com dupla nacionalidade, por exemplo.”

Isto apesar de o partido ter aumentado muito o número de deputados: um aumento de mais de 50 deputados em relação às últimas legislativas de há dois anos, e muito mais do que os 2 ou 8 que tinham há sete anos (dois em 2012, 8 em 2017), apontou Belin.

Segundo os números desta segunda-feira, a Nova Frente Popular obteve 182 deputados, a aliança de centro em volta do movimento de Macron 168, a União Nacional e aliados (parte d’Os Republicanos) 143.

De qualquer modo, com este resultado, também “é mais difícil à União Nacional alegar que tem o apoio do povo” - esta eleição provou justamente o contrário, foi “uma grande recusa da União Nacional pelo eleitorado”, diz Capoccia.

Há ainda outra esfera em que a aposta de Macron resultou: França não está tão enfraquecida no plano internacional como se temia após as europeias.

Mas ao mesmo tempo, a aposta nas eleições criou “tensões no próprio campo” de Macron, com responsáveis a dizer que têm um plano para refundar o centro político ao mesmo tempo que se distanciam do Presidente, diz Capoccia, o que “abre uma fase de incerteza para as negociações”, que serão “não necessariamente entre os blocos existentes, mas entre blocos que estão a tentar refazer-se”.

Por isso, ainda é cedo para uma afirmação definitiva sobre se a aposta de Macron foi ganha ou não, já que há dois horizontes temporais, o curto prazo e o governo que daqui vai sair, e 2027, quando se realizam as presidenciais.

Numa nota que a própria admite ser mais pessimista, Lons sublinhou ainda que a campanha para estas eleições legislativas foi “muito tóxica, e apesar do alívio de não ver a União Popular eleita no curto prazo, no longo prazo vimos uma explosão de afirmações racistas, xenófobas e homofóbicas que foi além do que até agora era possível dizer no debate público” em França. E além disso, “durante três semanas o público francês achou que poderia haver um Presidente da União Nacional, o que foi uma grande mudança psicológica”.

O que virá a seguir?

A situação é de momento muito pouco clara: “Há uma grande incerteza em relação a quem governará França. Esta coligação [de esquerda] só aconteceu há três, quatro semanas, é muito recente e está muito dividida, há muita coisa para ser discutida”, disse Célia Belin.

Se na noite eleitoral foi Jean-Luc Mélenchon, o líder da França Insubmissa, que se apresentou a discursar pela coligação de esquerda - e a exigir governar com o programa da Nova Frente Popular - é também ele a figura excluída das possibilidades de ser primeiro-ministro por ser uma figura longe de consenso.

Giovanni Capoccia viu o discurso da véspera de Mélenchon “cinco minutos depois das oito”, sublinha, como uma jogada de abertura para negociações. “Uma hipótese é um governo minoritário que seja ‘tolerado’ por alguns dos partidos” que fiquem de fora, e que não apoiem votos de não-confiança, diz Capoccia.

Camille Lons imagina também “talvez um governo minoritário, em que é negociado projecto a projecto, lei a lei”, o que terá como consequência “muito menos poder para o Presidente e muito mais para a Assembleia Nacional”.

Como em França não há, ao contrário de outros países europeus como a Alemanha, uma cultura política de negociar coligações, este processo poderá demorar “semanas”, dizem as analistas do ECFR.

Belin aponta para a data de 18 de Julho, em que a Assembleia Nacional terá de escolher o seu presidente, como um potencial prazo, mas admite que este possa ser ultrapassado se as partes acharem que vale a pena negociar mais tempo.









Capoccia é de opinião de que poderá demorar mais, já que não imagina que mude o Governo enquanto decorrem os Jogos Olímpicos em Paris (de 26 de Julho a 11 de Agosto).

Notícia corrigida às 16h50



Abrir portas onde se erguem muros 

Siga-nos

-  Newsletters
-  Alertas
-  Facebook
-  X
-  Instagram
-  LinkedIn
-  Youtube
-  RSS

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial
- Livro de estilo
- Publicidade
- Ajuda

Serviços

- Aplicações
- Loja
- Meteorologia
- Imobiliário

Assinaturas

- Edição impressa
- Jogos
- Newsletters exclusivas
- Estante P
- Opinião
- Assinar

Informação legal

- Principais fluxos financeiros
- Estrutura accionista
- Regulamento de Comunicação de Infracções
- Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção

Gerir cookies

Ajuda

Termos e condições

Política de privacidade

EMAIL MARKETING POR



